



Índice

- 01** Grupo vai traçar plano para assistência à saúde de índios isolados
- 02** Governo do Estado discute estrutura para o funcionamento de escolas indígenas
- 03** Índios terenas invadem fazenda Querência São José em Sidrolândia
- 04** Após intervenção do MPF índios recebem atendimento
- 05** Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas
- 06** Famasul diz que índios já invadiram 14 fazendas na região de Sidrolândia
- 07** Indígenas lembram morte de Sepé Tiaraju em São Gabriel
- 08** PROPAAE realiza seminário interno: A UFRB e a Questão Quilombola
- 09** Mais de 130 famílias de Quilombolas recebem técnicos da Ruraltins
- 10** Moradores ribeirinhos protestam contra obra de shopping em rio na PB
- 11** Ribeirinhos são alertados sobre a abertura do vertedouro da UHE Samuel
- 12** Famílias ribeirinhas de União da Vitória recebem a tão sonhada casa própria
- 13** Ribeirinhos de Tucuruí cobram energia



Grupo vai traçar plano para assistência à saúde de índios isolados

SÍTIO EBC, 07.02.2013

Os grupos de índios que vivem isolados e com recente contato com a sociedade passarão a ter estratégias de atenção à saúde específicas. O governo federal formalizou a criação de um grupo de trabalho para tratar da questão e também estabelecer um plano de contingência para situações de contato e surtos epidêmicos nesses povos. A portaria instituindo o grupo foi publicada hoje (7) no Diário Oficial da União.

A medida leva em consideração a vulnerabilidade desses povos a doenças contagiosas, principalmente em razão do contato com madeireiros, garimpeiros e traficantes de drogas. Formados por pequenos grupos nômades, os índios sofrem com a invasão de seu território, de obras estruturais e com ações de desmatamento, correndo risco real de desaparecer.

O grupo de trabalho será formado por representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Ministério da Saúde, por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), representantes dos distritos sanitários especiais indígenas (Disei). Também farão parte da iniciativa integrantes das coordenações das frentes de proteção etnoambiental (FPE/Funai) e do Fórum de Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena. A portaria estabelece que os membros serão indicados em até 15 dias.

Existem no Brasil aproximadamente 220 povos com uma população de 700 mil índios. A Amazônia Legal concentra quase todos as referências de índios isolados no país. Ainda são encontrados registros de cerca de 60 grupos de indígenas isolados, sem ou de pouco contato com a sociedade.

Em novembro, ocorrerá a 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, que deverá traçar as diretrizes para a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, incluindo a assistência aos índios isolados.



Governo do Estado discute estrutura para o funcionamento de escolas indígenas
SÍTIO CORREANETO, 07.02.2013

Uma reunião ocorrida no gabinete do secretário-adjunto de Estado da Infraestrutura (Seinf), Edvan Barros, entre a secretária de Apoio à Gestão da Secretaria de Educação (Seed), Lúcia Furlan, e o secretário extraordinário dos Povos Indígenas (Sepi), Coaracy Maciel Gabriel, discutiu a viabilização de abastecimento de água e energia elétrica nas escolas indígenas que estão sendo construídas pelo Governo do Estado.

Lúcia Furlan destacou que numa primeira reunião, ocorrida em dezembro do ano passado, a Secretaria de Educação sugeriu aos técnicos da Seinf a possibilidade de abastecer as escolas indígenas com o uso de energia fotovoltaica, por meio de painéis solares.

“O Governo do Estado está construindo mais de 28 escolas em áreas indígenas que vão precisar de uma infraestrutura moderna que garanta, por exemplo, a utilização dos notebooks que foram doados aos professores indígenas por intermédio do programa Professor Conectado”, disse a secretária-adjunta de Apoio à Gestão da Seed.

Técnicos da Seinf se deslocaram até o município de Oiapoque para verificar a demanda necessária que cada escola indígena precisa para utilizar a energia fotovoltaica. Eles estiveram visitando as aldeias indígenas de Uahá, Kumenê, Kumuyuwa, Pywatyket, Kumarumã, Espírito Santo e Santa Izabel e Kunanã, no Parque Indígena do Tumucumaque.

O secretário extraordinário dos Povos Indígenas, Coaracy Maciel Gabriel, disse que a empresa responsável pela construção das escolas se comprometeu em entregar, até o final de fevereiro, a Escola Manoel dos Santos, na aldeia Santa Izabel.

“Pelo cronograma da empresa, as próximas escolas a serem entregues serão as do Camilo Narciso, na aldeia Kumarumã, e a Escola Moisés Iapahá, na aldeia Kumenê”, analisou o secretário Coaracy Maciel.

O secretário-adjunto da Seinf disse que as empresas que estão construindo as escolas têm mantido até agora o prazo determinado para os serviços, e que as escolas localizadas no Parque Indígena do Tumucumaque serão as próximas a serem entregues.

Também participaram da reunião técnicos da Eletrobras Eletronorte; Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA); Companhia de Água e Esgoto do Amapá (Caesa) e da Casa de Apoio à Saúde Indígena (Casai).



Índios terenas invadem fazenda Querência São José em Sidrolândia

SÍTIO REGIAONEWS, 07.02.2013

Um grupo de 60 índios da etnia Terena invadiu na noite desta terça-feira (6) a fazenda Querência São José, em Sidrolândia. Segundo Paulo Bacha, 59 anos, filho da proprietária Lurdes Bacha, 80 anos, o grupo estava acampado na fazenda 3R, que também é da família, e passou para a fazenda vizinha.

Lurdes foi até a propriedade e está impedida de entrar ou sair do local, situação que Paulo classifica como semelhante a um sequestro. A 3R pertence ao ex-deputado estadual e ex-secretário de Fazenda Ricardo Bacha, que acompanha a movimentação no local.

“O clima é tenso, já foi ganho o direito de propriedade na Justiça e os índios querem criar um fato”, explicou Paulo.

Conforme Paulo, a PF (Polícia Federal) foi notificada e uma equipe se desloca para o local para resolver o impasse. A Funai (Fundação Nacional do Índio) também foi comunicada oficialmente sobre a situação na fazenda.

Em 2011, cerca de mil índios armados com arcos e flechas invadiram a fazenda 3R e acamparam na divisa com a fazenda Buriti. Os Terena reivindicam 17 mil hectares na região. Já existe relatórios declarando a terra como indígena, mas a posse ainda não foi dada aos índios.



Após intervenção do MPF índios recebem atendimento

SITIO R7, 07.02.2013

Famílias indígenas da etnia Paumari estavam em situação difícil em Porto Velho. Originários de Lábrea (AM), os índios moram na Estrada do Belmont, no bairro Nacional, em Porto Velho (RO). Após intervenção do MPF/RO, as famílias passaram a receber atendimento em assistência social e de saúde.

Para acompanhar a situação desses indígenas, o MPF/RO instaurou um inquérito civil público. As investigações tiveram início com informações repassadas pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Após visitar o local, o MPF/RO pediu providências a Fundação Nacional do Índio (Funai), Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) e Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

Ao MPF/RO, a Funai informou que fez atendimento e reunião com os indígenas. Quanto às reclamações de falta de atendimento de saúde, a Funai declarou que fez reunião com os enfermeiros do Distrito Sanitário Indígena (Dsei) e os assistentes sociais do Dsei e da Casa de Apoio à Saúde Indígena (Casai), buscando viabilizar melhorias no atendimento prestado aos indígenas paumaris. Além disto, fez-se levantamento sobre os indígenas que manifestaram vontade de voltar às aldeias de origem. Embora tenham dito que desejam retornar, os indígenas informaram à Funai que o retorno não seria de imediato, pois muitos ainda necessitariam de atendimento médico.

Para a Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) em Porto Velho, o MPF/RO solicitou a visita de um profissional de assistência social ao local onde os indígenas estavam, com a finalidade de fazer os encaminhamentos necessários. A Semas enviou uma equipe composta por uma psicóloga e dois assistentes sociais, que realizou diagnóstico de cada família, inserindo-as nos programas de assistência social do poder público.

A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), em Porto Velho, recebeu um pedido de informações sobre os atendimentos prestados pela Casai aos índios paumaris. Havia informações de que aqueles indígenas não estavam conseguindo atendimento de saúde, sob a alegação de que, mesmo residindo em Porto Velho, suas aldeias eram no Amazonas e seria preciso um encaminhamento da Casai de lá. Em resposta, a Sesai informou ao MPF/RO que fez os atendimentos e apresentou relatório dos atendimentos.

Para o MPF/RO, a situação de vulnerabilidade daqueles indígenas precisava da atuação de vários órgãos públicos e cada um cuidou da parte que lhe cabia. Houve uma resposta às necessidades urgentes daquelas famílias, com o comprometimento dos órgãos públicos de dar continuidade ao seu atendimento.



Boletim de Notícias - Edição nº 026 / 2013

Brasília, 08 de fevereiro de 2013.

Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas

SÍTIO AMBAINOTÍCIAS, 07.00.2013

Quando Cabral descobriu o Brasil, aquelas aparentes terras desertas já eram habitadas, milhares de índios viviam na Terra de Vera Cruz. A colonização e a consequente exploração da terra dizimaram tribos, disseminaram doenças e interferiram nos costumes indígenas. Por isso, ainda hoje, são necessárias leis que promovam uma mínima reparação aos descendentes dos primeiros moradores dessa terra.

Além do Estatuto do Índio, de 1973, e do Dia do Índio, 19 de abril, a Lei nº 11.696, de 12 de junho de 2008, instituiu o dia 07 de fevereiro como o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas.



Famasul diz que índios já invadiram 14 fazendas na região de Sidrolândia

SÍTIO REGIAONEWS, 07.02.2013

A fazenda Querência São José é a 14ª propriedade rural invadida pelos índios Terena na região de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, segundo a Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul). A entidade enviou hoje um ofício para a PF (Polícia Federal) solicitando manutenção da ordem na região. Esta é a terceira fazenda ocupada pelos terenas em Sidrolândia. Há três anos eles entraram na Fazenda 3-R, de 303 hectare e Cambará, de 1.200 hectares.

A Querência São José foi ocupada na terça-feira (5) por um grupo de 60 índios, o que levou a proprietária, Maria Lourdes Lopes Bacha, 81 anos, registrar um boletim de ocorrência. Nas duas invasões anteriores a produtora rural conseguiu ganho de causa na Justiça.

Os indígenas pretendem ampliar a aldeia Buriti de 2 mil hectares para 17 mil hectares, enquanto o STF (Supremo Tribunal Federal) veda a ampliação das reservas já demarcadas.

De acordo com a família, a fazenda foi comprada no século 19 e herdada pelos atuais donos na década de 1960. Eles dizem que a situação é tensa e que 500 cabeças de gado já foram abatidas pelos índios nos últimos 16 anos.

Na manhã de hoje, a PF enviou agentes para área invadida para acompanhar funcionários da Funai (Fundação Nacional do Índio). "A presença da Polícia trouxe um pouco mais de tranquilidade, porque agora temos a garantia de ir e vir", explicou Paulo Bacha, filho da proprietária.

Os indígenas que entraram na Fazenda Querência, que é vizinha a 3R, vieram da aldeia Buriti em Dois Irmãos do Buriti, sob a liderança do cacique Rodrigues Alcântara. A 3R pertence ao ex-deputado estadual e ex-secretário de Fazenda Ricardo Bacha, que acompanha a movimentação no local.

Em 2011, cerca de mil índios armados com arcos e flechas invadiram na fazenda 3R e acamparam na divisa com a fazenda Buriti. Hoje só restaram na área 60 famílias, que se declararam autônomos da Aldeia Buriti e criaram a Aldeia 10 de Maio.

Os Terena reivindicam 17 mil hectares na região. Relatórios antropológicos elaborados a pedido da Funai reconheceram as propriedades como terra como indígena. O processo demarcatório já foi iniciado mas não avançou porque há ações dos fazendeiros tramitando na Justiça. Segundo dados do Sistema Famasul atualmente, são 53 propriedades invadidas no Estado.



Boletim de Notícias - Edição nº 026 / 2013

Brasília, 08 de fevereiro de 2013.

Indígenas lembram morte de Sepé Tiaraju em São Gabriel

SÍTIO DIHITT, 07.02.2013

Nesta quinta, 7 de fevereiro, aconteceram as principais atividades do encontro de indígenas em São Gabriel, para lembrar os 257 anos da morte do líder indígena Sepé Tiaraju. Mais de 150 índios guaranis e caingangues foram ao Caiboaté Grande e logo após, ao local onde seria o tombamento de Sepé, na Sanga da Bica, prestar suas homenagens. Os participantes estiveram localizados no Parque Tradicionalista Rincão das Carretas, cedido pela Prefeitura para o conjunto de eventos.



PROPAAE realiza seminário interno: A UFRB e a Questão Quilombola

SÍTIO UFRB, 07.02.2013

Identificar, mapear e socializar ações da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) nas comunidades quilombolas é o objetivo do Seminário Interno: A UFRB e a Questão Quilombola. O evento acontece nos dias 25 e 26 de fevereiro e é uma realização da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE).

As inscrições para submissão de trabalhos no seminário seguem abertas até 16 de fevereiro de 2013. As temáticas devem abordar as áreas de educação, saúde, tecnologias, ciências agrárias, história, culturas e garantias de direitos que envolvam as comunidades quilombolas. A metodologia usada no seminário engloba mesas-redondas, apresentação de pôsteres e artigos em grupos de trabalho.

A avaliação das propostas enviadas ocorre de 17 a 20 de fevereiro, com a divulgação dos resumos a serem apresentados em 21 do mesmo mês. Os interessados podem apresentar Trabalho de Conclusão de Curso; seminário de conclusão; monografias; dissertações, teses, projetos de extensão, Projeto de Iniciação Científica (PIBIC); Projeto de Iniciação à Docência (PIBID). Também serão aceitos, em formato de pôster, propostas de projetos ainda não iniciados.

Estudantes, profissionais graduados ou pós-graduados pela UFRB, docentes e técnico-administrativos da universidade que desenvolveram ou estejam desenvolvendo trabalhos de ensino, pesquisa ou extensão vinculados à temática quilombola podem participar. O autor tem direito a apresentar mais de um trabalho.

O Pró-reitor da PROPAAE, Ronaldo Barros, relata que, "conforme dados da Fundação Cultural Palmares/FCP/MinC de dezembro de 2012, a Bahia possui 425 comunidades remanescentes de quilombos certificadas. Quase 15% dessas comunidades estão situadas no Recôncavo baiano. A UFRB, como instituição comprometida com o desenvolvimento da região e com as práticas culturais locais, sente-se parte deste grande quilombo".

"A participação de todos é fundamental para estabelecermos uma troca frutífera, elemento importante na construção de alicerces para novas investidas da UFRB com a temática", aponta o pró-reitor da PROPAAE no convite para o seminário.



Mais de 130 famílias de Quilombolas recebem técnicos da Ruraltins

SÍTIO CENARIOTOCANTIS, 07.02.2013

Uma equipe da regional do Ruraltins de Taguatinga participa entre os dias 6 e 9 de novembro do projeto, "Defensoria Pública Quilombola".

A ação tem como objetivo visitar cinco comunidades remanescentes de quilombos, da região sudeste do Estado, para conhecer de perto a realidade de cada uma delas e de forma conjunta buscar soluções para suas principais necessidades.

De acordo com o Supervisor Regional do Ruraltins, José Aldir, as comunidades Lajeado, São Joaquim, Lajinha, Baião e Poço Dantas serão beneficiadas pelas ações do projeto, num total de 132 famílias.

"O Governo do Estado, por meio do Ruraltins é um dos parceiros nessa ação e vamos atuar dentro da área da assistência técnica e extensão rural. A ideia é melhorar a qualidade de vida das comunidades quilombolas incentivando a execução de políticas públicas", destacou.

Projeto

O projeto "Defensoria Pública Quilombola" foi idealizado pela Defensoria Pública do Estado com o objetivo de garantir os direitos de todas as Comunidades tradicionais de origem Quilombola no âmbito do Estado do Tocantins.

Nos atendimentos que serão realizados, a Defensoria Pública vai contar com parcerias de Órgãos do Estado e Municípios integrantes de cada Comarca onde está localizada a comunidade, além de parcerias com órgãos Federais como o INCRA, Ministério da Agricultura, Ministério Público Federal,



Moradores ribeirinhos protestam contra obra de shopping em rio na PB

SÍTIO G1, 07.02.2013

Moradores do bairro São José, em João Pessoa, e ambientalistas realizaram um protesto na entrada principal do Manaíra Shopping na tarde desta quinta-feira (7). Munidos com cartazes e megafone, cerca de 50 pessoas protestavam contra a obra feita em uma das margens do Rio Jaguaribe. Seguranças do shopping foram deslocados para entrada principal com o objetivo de evitar qualquer tipo de depredação ao local.

Em nota oficial, o shopping afirmou que a obra questionada se trata de um desassoreamento do rio e que os trabalhos possuem liberação da Secretaria de Meio Ambiente de João Pessoa (Semam). A obra chegou a ser embargada pela própria Semam no dia 23 de janeiro, para que a administração do shopping apresentasse documentos sobre a execução dos trabalhos. Os trabalhos na margem do Rio Jaguaribe foram retomados no dia 29 do mesmo mês, quando a Semam atestou a legalidade da obra após não encontrar nenhuma irregularidade.

Os protestantes pedem que o shopping remova parte do aterramento feito na margem do rio oposta ao Bairro São José, assim como uma audiência com o prefeito de João Pessoa, Luciano Cartaxo com o objetivo de esclarecer a liberação da obra por parte da Semam.

O morador do Bairro São José há 24 anos e um dos líderes do protesto, Jonathan Bario, informou que a população teme uma inundação nas casas mais próximas ao rio após o aterramento.

“Nós tememos que com as chuvas e com este aterramento de 5 metros em uma das margens, quando na verdade era para ser feito apenas de 1,5 metros, a inundação atinja cerca 5 metros de altura. Se a margem do lado do shopping foi diminuída é normal que a água do Jaguaribe ocupe mais espaço do lado das casas do bairro, um fato que vai prejudicar milhares de famílias”, comentou.



Ribeirinhos são alertados sobre a abertura do vertedouro da UHE Samuel

SÍTIO TERRA, 07.02.2013

Famílias ribeirinhas que moram às margens do Rio Jamari, à jusante da Usina Hidrelétrica Samuel, receberam nesta quarta-feira (06/02) a visita de técnicos do Meio Ambiente da Eletrobras Eletronorte Rondônia. O deslocamento da equipe foi com o objetivo de alertar os ribeirinhos sobre a abertura do vertedouro que está programada para o início da segunda quinzena do mês de fevereiro. A última vazão média realizada na montante da UHE Samuel atingiu a cota de 85 metros, sendo que a cada dia o nível do lago aumenta de 8 a 10 centímetros.

A abertura do vertedouro acarreta aumento da vazão de jusante da barragem, e pode despejar no rio Jamari cerca de um milhão e trezentos mil litros de água por segundo, no período de dez a sessenta dias.

“Realizamos um trabalho intensivo indo a cada residência e alertando os moradores sobre os cuidados que devem ser tomados nas próximas semanas, quando as comportas serão abertas. Os moradores nos receberam bem e, acredito que não haverá risco, já que todos os anos, realizamos a visita com o mesmo objetivo”, disse o coordenador do Meio Ambiente da Usina, Celson Duarte do Nascimento.

“Nas primeiras horas que as comportas estiverem abertas, o nível da jusante pode elevar-se até um metro. Vamos fazer tudo conforme a norma de segurança”, explicou o engenheiro, Marcelo Franco.

A equipe de Meio Ambiente da empresa realizou também o comunicado à Secretaria Estadual de Meio Ambiente.



Famílias ribeirinhas de União da Vitória recebem a tão sonhada casa própria

SÍTIO COAPHAR, 07.02.2013

Esta quinta-feira (7) foi de alegria para 50 famílias de União da Vitória que moravam em situação de risco às margens do rio Iguaçu e sofriam com as constantes enchentes na região. Elas receberam as chaves de suas novas casas, no Residencial Vila Coradin, das mãos do presidente da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), Mounir Chaowiche, e do prefeito Pedro Ivo.

"O governo do Paraná entende que o resgate social de uma família tem início com condições de moradia dignas" afirmou Chaowiche. As novas moradias são 100% subsidiadas, não havendo qualquer custo para as famílias. A construção das casas é resultado de uma parceria entre a Cohapar, Secretaria da Família e Desenvolvimento Social e Prefeitura de União da Vitória.

Os recursos do governo estadual para as obras, de mais de R\$ 1,5 milhão, envolvem a construção das casas e os serviços de terraplenagem, drenagem, galerias de águas pluviais, pavimentação e urbanização.

Durante a entrega, o prefeito Pedro Ivo falou que a preocupação não é apenas construir casas, mas trabalhar na melhoria das condições de vida da população carente. "É um prazer poder concluir este trabalho numa grande parceria da prefeitura com o governo do Estado, que ainda renderá bons frutos à população de União da Vitória", disse.

O local ocupado irregularmente pelas famílias às margens do rio Iguaçu é uma área de preservação ambiental e pertence à Copel. Com a retirada das famílias, a Copel fará a recuperação completa da área.

Mudança de vida - Uma das famílias que trocaram a beira do rio por uma casa segura, é a do casal Marcos e Patrícia, que trabalham com reciclagem para sustentar seus quatro filhos. Segundo Marcos, a principal melhoria da nova casa é o resgate da autoestima da família. "Vai dar prazer voltar no fim do dia para casa e passar um tempo com nossos filhos em um verdadeiro lar", disse Marcos, sem esconder a emoção.

Também trabalhando como catadores de material reciclável, o casal Osneri e Mariza consideram a conquista da casa própria como a realização de um sonho. "Nós vivemos a vida inteira pagando aluguel, mas agora finalmente vamos ter um lugar para chamar de nosso" disse Mariza. Vagas na creche - Além da inauguração do residencial Vila Coradin, foi assinado também em União da Vitória convênio de repasse de recursos do governo do Estado para ampliação do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Eneida Fagundes da Silva, no conjunto residencial Horst Waldruff, onde moram 170 famílias. Com a ampliação, a creche ganhará mais três salas, abrindo vagas para mais 45 crianças até 5 anos.

Em União da Vitória, será construído mais um conjunto habitacional, o Residencial Horst Waldruff 2, com 244 moradias. O empreendimento é uma parceria entre os governos estadual e federal, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).



Ribeirinhos de Tucuruí cobram energia

SÍTIO OLIBERAL, 07.02.2013

A deputada Bernadete ten Caten, líder do PT na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), se reuniu esta semana com representantes da Eletronorte, Grupo Equatorial (que assumiu as Centrais Elétricas do Pará) e Grupo Gestor do Programa Luz para Todos para discutir a situação dos moradores ribeirinhos das ilhas no entorno do lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT). Acompanhada por uma comissão de moradores, a deputada cobrou celeridade na implantação do projeto para levar energia às comunidades que, apesar de serem vizinhas da maior hidrelétrica 100% nacional, vivem no escuro.

Um dos pontos da pauta de discussão foi o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado em 2010 pelo então Grupo Rede e Eletronorte com o Ministério Público Federal (MPF), para sanar o problema. O TAC foi assinado após a população ribeirinha e afetados pela barragem terem ocupados por 19 dias as instalações da usina. Segundo Bernadete, o prazo desse TAC já expirou e boa parte do que foi acordado até hoje não foi cumprido, o que já gerou multa de R\$ 80 milhões a Eletronorte e Grupo Rede, dívida assumida agora pela Equatorial. Preocupada com a multa, que aumenta a cada dia, a Equatorial designou o gerente de distribuição da empresa, Ivanildo Pereti, para coordenar o cumprimento do acordo.

Além dele, participaram da reunião pela Equatorial, Jorge Valente; pela Eletronorte, Jorge Júnior; e Comitês Gestor do Luz para Todos, Angelandre Quaresma e Georgeana Silva. Um levantamento da demanda existente será feito na área e depois segue para uma equipe do Luz para Todos para fazer a conferência, com GPS, de todas as localidades. Georgeana Silva, da área de Atendimento das Comunidades Isoladas, do Luz para Todos, explicou que já foi feita pesquisa e ficou comprovado que o sistema de distribuição de energia por poste é inviável para a área, porque o custo fica em média de R\$ 200 mil por família e, a lei que regulamenta sistema, não permite que seja gasto mais de R\$ 12 mil. Por isso, a área entra no projeto de energia isolada, com o abastecimento por placa solar.

Georgeana garantiu que a potência da energia é a mesma feita através de poste (com energia convencional), mas algumas lideranças se mostraram resistentes. Ela esclareceu que, se a pessoa quiser aumentar a capacidade, pode, mas terá que arcar com esse custo. Como está em andamento o Projeto Verde para Sempre, em comunidades isoladas de Porto de Moz, onde está também sendo instalada energia solar, será aberta licitação e as comunidades dos lagos só devem começar a ser beneficiadas em 2014.

Segundo a deputada Bernadete, apesar de ser gerador de energia, Tucuruí tem uma das piores distribuições do Estado. "A energia vive oscilando e, isso tem provocado prejuízo constante à população, como queima de produtos eletrônicos e outros danos, inclusive pessoas já morreram eletrocutadas em virtude disso", ressalta a parlamentar.